

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE MEDICINA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL
ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

ESTUDO SOBRE USO DE ÁLCOOL E DROGAS NA TRAJETÓRIA DE VIDA
DOS DETENTOS DA PENITENCIÁRIA MODULADA ESTADUAL AGENTE
PENITENCIÁRIO JAIR FIORIN DE MONTENEGRO/RS NO ANO DE 2010

Leila Zanella

Porto Alegre
2011

Leila Zanella

ESTUDO SOBRE USO DE ÁLCOOL E DROGAS NA TRAJETÓRIA DE VIDA
DOS DETENTOS DA PENITENCIÁRIA MODULADA ESTADUAL AGENTE
PENITENCIÁRIO JAIR FIORIN DE MONTENEGRO/RS NO ANO DE 2010

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Especialista em Saúde Pública.

Orientadora: Prof.^a Dra. Jacqueline Oliveira
Silva

Porto Alegre
2011

AGRADECIMENTOS

Aos familiares, que direta ou indiretamente incentivaram na realização de mais uma conquista.

Meus sinceros agradecimentos a Lisete Silva Almeida, minha amiga e fiel companheira na hora da atribulação, obrigada pela disponibilidade, dedicação e incentivo durante a execução do trabalho.

Às amigas e amigo Rosângela, Camila, Marina, Salete, Janaína e Alorean, pelo carinho apoio e compreensão nas ausências.

Às colegas da equipe técnica da PEMAPJF, em especial à colega e amiga Jucélia pelo apoio e compreensão.

Ao Diretor Penitenciária Estadual Modulada Agente Penitenciário Jair Fiorin de Montenegro/RS, Paulo Fernando Soares Machado, pela oportunidade e compreensão durante a execução do trabalho.

Às amigas Guida, Tayná e demais colegas do curso de Especialização, pelos momentos de descontração e amizade.

A Vanessa, pelo apoio e dedicação durante a execução do trabalho.

Ao Professor Dr. Paul Douglas Fisher, por toda disponibilidade a dedicação dispensada.

À professora e orientadora Dra. Jacqueline Oliveira Silva, que conduziu na realização deste trabalho.

“Dizemos não ao elogio do dinheiro e da morte (...) a um sistema que põe preço nas coisas e nas pessoas, onde quem mais tem é quem mais vale; (...) nós dizemos não a um sistema que nega comida e nega amor, que condena muitos de fome de comida e muito mais a fome de abraços. (...)dizendo não a paz sem dignidade, nós estamos dizendo sim ao direito de rebelião contra a injustiça e contra sua longa história. (...) dizendo não a liberdade do dinheiro, nós estamos dizendo sim a liberdade das pessoas”

Eduardo Galeano

RESUMO

Esta pesquisa, de caráter descritivo exploratório, buscou verificar o uso de álcool e drogas na trajetória de vida dos detentos que progrediram de regime no período de janeiro a dezembro de 2010 da Penitenciária Modulada Estadual Agente Penitenciário Jair Fiorin (PEMAPJF) de Montenegro/RS. Os objetivos foram: a) caracterizar os detentos segundo variáveis sociodemográficas, procedência, vida escolar, núcleo familiar de origem e situação prisional; b) identificar a presença do uso de álcool e drogas ilícitas e lícitas na trajetória de vida do sujeito privado de liberdade antes da detenção e c) identificar se o uso de álcool e drogas ilícitas e lícitas tem relação com o tipo de delito praticado pelos detentos. Foram analisados 121 pareceres e questionários do serviço social. A análise foi baseada nas seguintes categorias: perfil sociodemográfico, vida escolar, núcleo familiar de origem, vida profissional, situação delitiva, uso de álcool e drogas ilícitas e lícitas e situação prisional dos sujeitos. Averiguou-se nesse período que: os detentos são provenientes do interior do Rio Grande do Sul e da Região Metropolitana de Porto Alegre, população predominantemente jovem, na faixa etária entre 19 a 28 anos, 28,9% dos sujeitos iniciaram o uso sistemático de álcool e drogas ilícitas e lícitas desde a adolescência, 76,0% são solteiros e possuem pelo menos um filho, 80% não concluiu o ensino fundamental, o principal motivo do abandono escolar foi o trabalho 43,8%; o início da vida laboral ocorreu na faixa etária entre 7 e 14 anos, evidenciando trabalho precoce; o convívio familiar durante a infância se desenvolveu na presença de pai e mãe 76,6%; sendo que o uso de álcool e drogas na família apresentou maior índice na figura paterna; os tipos de delito mais praticados foram roubo, furto, assalto e tráfico de drogas; o vício de álcool e drogas lícitas e ilícitas foi apontado como o principal motivo da prática delitiva e as amizades como fator influente para delinquência; a maioria dos sujeitos cumprem pena de 4 e 8 anos e acima de 19 anos; o maior índice de reincidência apontado foi entre 2 a 4 vezes; o consumo sistemático de álcool e drogas início na fase da adolescência 28,9%, o principal motivo que incentivou o uso de substâncias psicoativas ilícitas e lícitas apresentado foi as amizades 38,0%; no que se refere a situação prisional, 35,5% dos detentos está inserido no Programa de Ação Conjunta (PAC) e 76,0% contam com o apoio de visitas (familiares e amigos) durante o período de reclusão. Não houve significância estatística quanto o uso de álcool e drogas lícitas e ilícitas e o tipo de delito.

PALAVRAS-CHAVES: uso de álcool e drogas, violência, população carcerária, saúde pública, políticas públicas.

ABSTRACT

This research is descriptive exploratory, aimed to verify the use of alcohol and drugs in the lifepath of detainees who have progressed scheme into the period of January to December 2010 in State Penitentiary Modulated Agent Jair Fiorin Penitentiary (PEMAPJF) from Montenegro / RS. The objectives were: a) to characterize the detainees according to sociodemographic variables, origin, life school, origin core familiar and prison situation, b) identify the presence of alcohol and illicit and licit drugs in the trajectory of the subject's life deprived of freedom before prison and c) identify if the use of alcohol and illicit drugs is related to the type of crime committed by the detainees. It was analyzed 121 opinions and questionnaires of social service. The analysis was based on the following categories: sociodemographic profile, school life, familiar-core origin, professional life, criminal offense state, use of alcohol, illicit and licit drugs and subjects' situation prison. It was found that during this period: detainees are from the interior of Rio Grande do Sul and the Metropolitan Area of Porto Alegre, predominantly young population, aged between 19 and 28 years, 28.9% of the subjects began the systematic use of alcohol, illicit and licit drugs since adolescence, 76.0% are single and have at least one child, 80% not completed primary education, the main reason for leaving school was the work 43.8%, the onset of labor occurred between the ages of 7 and 14, showing early work, the family environment during childhood developed in the presence of mother and father 76.6%, whereas the use of alcohol and drugs in the family highest rate in the father figure, the types of crime were more committed robbery, theft and drug trafficking, addiction to alcohol, licit and illicit drugs was identified as the main reason for the practice crime and friendships as a influential factor in crime, most subjects serving sentences of 4 and 8 years and over 19 years, the highest rate of recurrence was noted between 2 to 4 times, the systematic consumption of alcohol and drugs during early adolescence 28.9%, the main reason that encouraged the use of licit and illicit psychoactive substances was the friendships 38.0% as regards the state prison, 35.5% of the detainees is housed in Programa de Ação Conjunta (PAC) and 76.0% have the support of visits (family and friends) during the period of incarceration. Not statistical significance about the relation of the use of alcohol, licit and illicit drugs and the kind of offense.

KEYWORDS: alcohol and drugs, violence, prison population, public health, and public policies.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Situação sociodemográfica.....	23
Tabela 2: Estado civil X Número de filhos.....	25
Tabela 3: Vida escolar.....	26
Tabela 4: Núcleo familiar de origem.....	29
Tabela 5: Vida profissional.....	31
Tabela 6: Situação delitiva.....	33
Tabela 7: Período de uso de ADIL.....	36
Tabela 8: Motivo para uso de ADIL.....	37
Tabela 9: Trabalho Prisional.....	39
Tabela 10: Visita.....	40
Tabela 1: Procedência.....	51
Tabela 2: Faixa Etária.....	51
Tabela 3: Estado Civil.....	51
Tabela 4: Número de filhos.....	52
Tabela 5: Companheira atual.....	52
Tabela 6: Escolaridade.....	52
Tabela 7: Motivo do abandono escolar.....	53
Tabela 8: Presença dos Pais na Infância.....	53
Tabela 9: Uso de ADIL na Família.....	53
Tabela 10: Situação de Violência na Família.....	54
Tabela 11: Idade de Início da Atividade Profissional.....	54
Tabela 12: Profissão.....	54
Tabela 13: Tipo de delito.....	55
Tabela 14: Tempo de pena.....	55
Tabela 15: Numero de prisões.....	55
Tabela 16: Motivo do Delito.....	56
Tabela 17: Período de uso.....	56
Tabela 18: Motivo do uso de ADIL.....	56
Tabela 19: Tratamento para Dependência Química.....	57
Tabela 20: Trabalho Prisional.....	57
Tabela 21: Visitas.....	57

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADIL - Álcool e Drogas Ilícitas e Lícitas

CAPSAD - Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas

DATASUS - Banco de Dados do Sistema Único de Saúde

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

DTP - Departamento de Tratamento Penal

LEP - Lei de Execuções Penais

OMS - Organização Mundial da Saúde

PAC - Programa de Ação Conjunta

PEMAPJF - Penitenciária Modulada Estadual Agente Penitenciário Jair Fiorin

PNA - Política Nacional Sobre o Álcool

PNAD - Política Nacional Sobre Drogas

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

RD - Redução de Danos

RS - Rio Grande do Sul

SENAD - Secretaria Nacional Antidrogas

SISNAD - Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

SUS - Sistema Único de Saúde

SUSEPE - Superintendência dos Serviços Penitenciários

TPAS - Transtorno de Personalidade Antissocial

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Delimitação do problema.....	11
1.2 Objetivos.....	11
1.2.1 Objetivo geral.....	11
1.2.2 Objetivos específicos.....	11
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	12
2.1 Instrumentos.....	12
2.2 Procedimentos para Coleta de Dados.....	13
2.3 Análise dos Dados.....	13
3 REVISÃO TEÓRICA.....	15
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	22
4.1 Situação Sociodemográfica	23
4.2 Vida Escolar.....	26
4.3 Núcleo Familiar de Origem.....	29
4.4 Vida Profissional.....	31
4.5 Situação Delitiva.....	33
4.6 Uso de ADIL.....	36
4.7 Situação Prisional.....	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXO A - TABELAS DE FREQUÊNCIA SIMPLES.....	51
ANEXO B – MODELO QUESTIONÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL.....	60
ANEXO C – MODELO PARECER SOCIAL.....	63
ANEXO D – AUTORIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRATAMENTO PENAL PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	64
ANEXO E – AUTORIZAÇÃO DO DIRETOR DA INSTITUIÇÃO.....	66
ANEXO F – TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE DADOS.....	68
6 ANEXO G - FICHA DE CATEGORIZAÇÃO PARA ANÁLISE.....	69

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo foi constituído a partir da experiência na pós-graduação em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A área temática a qual se insere o objeto de estudo refere-se ao uso de drogas na trajetória de vida dos detentos. Neste sentido, consideramos relevante para este trabalho, pesquisar sobre o perfil sociodemográfico dos sujeitos indicando a procedência, vida escolar, núcleo familiar de origem e situação prisional, assim como a presença do uso de ADIL na trajetória de vida dos sujeitos privados de liberdade e se o consumo de ADIL tem relação significativa com o tipo de delito. Por ser um campo de estudos e pesquisas relativamente novo, existem muitas dúvidas e indefinições que ainda estão por ser esclarecidas. Deste modo, esperamos que os resultados do presente estudo possam contribuir para ampliar um pouco mais os conhecimentos sobre esse fenômeno, que tanto causa mobilização e inquietação, atualmente, a nossa sociedade.

1.1 Delimitação do problema

Qual a relação do uso de álcool e drogas ilícitas e lícitas com a prática delitiva dos sujeitos privados de liberdade que progrediram de regime no período de 2010, da Penitenciária Modulada Estadual Agente Penitenciário Jair Fiorin de Montenegro/RS?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Caracterizar a presença do uso de ADIL na trajetória de vida dos detentos da PEMAPJF que progrediram de regime no período de janeiro a dezembro de 2010 e sua relação com a violência (prática delitiva).

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar os detentos segundo variáveis sociodemográficas, procedência, vida escolar, núcleo familiar de origem e situação prisional;
- Identificar a presença do uso de ADIL na trajetória de vida sujeito privado de liberdade antes da detenção;
- Identificar se o uso de ADIL tem com o tipo de delito praticado pelos detentos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Estudo caracterizado como exploratório descritivo objetivando conhecer sobre o uso de drogas na trajetória de vida dos sujeitos privados de liberdade da PEMAPJF que progrediram de regime do ano de 2010, ou seja, obtiveram o direito a liberdade condicional ou regime semiaberto do corrente ano. Nesse período, o efetivo carcerário do estabelecimento prisional foi de aproximadamente 1100 presos, pois este número oscila diariamente de acordo com as entradas e saídas dos detentos.

2.1 Instrumentos

Os instrumentos utilizados para a realização deste estudo foram o questionário sociodemográfico semiestruturado (que faz parte do prontuário dos detentos) elaborado pelo setor de serviço social e que são preenchidos durante as entrevistas dirigidas aos detentos. Os dados desse questionário são utilizados para auxiliar na elaboração do parecer social.

O questionário sociodemográfico orienta qual a situação jurídica, história de vida familiar (família de origem e família constituída); situação prisional; situação delituosa; planos para o futuro e observações .(Anexo A – Modelo do Questionário).

O parecer social é um documento que analisa e presta esclarecimento, baseado no conhecimento específico do Serviço Social, referente a uma questão ou questões relacionadas a decisões a serem tomadas (CFESS, 2004). Ou seja, neste caso visa oferecer subsídios para auxiliar na decisão judicial e viabilização de direitos referentes a solicitação de Livramento Condicional ou Progressão de Regime. (Anexo B – Modelo do Parecer Social).

No ano de 2010 foram elaborados pelo serviço social um total de 310, (28,2%), pareceres para progressão de regime, destes, 151 documentos (13,7%) foi realizado pela pesquisadora, os quais foram utilizados para a realização deste pesquisa, escolhidos por

conveniência. Dos 151 pareceres, foram excluídos 9 documentos, referentes ao sexo feminino, pois avaliou-se que a distribuição de mulheres não seria representativa para este estudo, sendo que outros 21 documentos foram considerados dados inexistentes por não terem sido localizados nos prontuário. Com estes pressupostos, aferiu-se um total de 121 pareceres, correspondendo a 39% do total da amostra. O questionário sociodemográfico dos referidos pareceres foram utilizados para complementação da análise.

2.2 Procedimentos para Coleta de Dados

A coleta dos dados iniciou-se em abril de 2011 após a autorização da direção do Departamento de Tratamento Penal da SUSEPE (anexo C) e aprovação da direção da PEMAPJF (anexo D) com Termo de Consentimento de Uso de Dados (anexo E).

Após a seleção dos 121 documentos, que passaram a constituir-se em unidades de amostra, foi realizado uma leitura do questionário sociodemográfico, o qual indicou a existência de 7 categorias definidas por meio de questões de pesquisa, que partiram dos objetivos deste estudo. Essas questões foram agrupadas a partir de diferentes indicadores, sendo elas: 1- situação sociodemográfica; 2- vida escolar; 3- núcleo familiar de origem; 4 - vida profissional; 5 - situação delitiva; 6 - uso de ADIL e 7 - situação prisional. A partir dessa leitura e escolha das categorias foi elaborada uma ficha de leitura (anexo G) contendo as questões da categorização da pesquisa as quais foram numeradas para a coleta e análise dos dados.

2.3 Análise dos Dados

Para a análise, os dados foram transpostos para o computador, sendo que para a construção do banco de dados, primeiramente foi utilizado o Br.Office Calc, que possibilitou a organização e validação dos dados. Posteriormente, o banco foi exportado e analisado com o SPSS - Statistical Package for the Social Sciences (versão 17). A análise de variância foi utilizada para testar a significância entre as associações nominais que foram identificadas pelo teste Qui Quadrado, considerando a associação quando a

significância foi de, no mínimo, $p < 0,05$. A partir dessa análise, os dados do perfil sociodemográfico dos detentos foram comparados em relação ao uso de ADIL representadas através de tabelas com as respectivas descrições das mesmas.

Na categoria Uso de ADIL, definimos o período de uso como sistemático desde infância, desde infância e adolescência, desde a adolescência e desde a vida adulta quando o sujeito deu seguimento ao consumo de álcool e drogas utilizando de forma frequente caracterizando o abuso dessas substâncias em determinada fase da vida. De acordo com Tavares (2007) geralmente, o uso abusivo de substâncias químicas ocorre de duas formas: na fase experimental, quando o indivíduo faz uso da droga, pela curiosidade sobre seus efeitos, podendo desenvolver o uso casual ou por passatempo; na fase circunstancial, quando os efeitos da droga são procurados porque são úteis em determinadas situações, podendo haver profundas alterações do humor, pensamentos e sentidos.

3 REVISÃO TEÓRICA

A questão sobre o motivo que leva as pessoas ao consumo de ADIL é algo que nos causa inquietação e nos instiga a buscar uma resposta. Segundo Deslandes (2003) permanecem muitas dúvidas no que se refere às relações causais entre o uso de ADIL e a prática de violência, uma vez que não é possível determinar que tal uso afete o comportamento dos indivíduos envolvidos assim como não é possível saber se essas pessoas em estado de abstinência teriam cometido as mesmas violências.

Os autores Laranjeira, Duailibi e Pinsky (2005) apontam o consumo de drogas como um importante facilitador de situações de violência devido a evidências do envolvimento do uso das drogas em casos de homicídios, suicídios, violência doméstica, crimes sexuais atropelamentos e acidentes de trânsito.

Alguns fatores de risco como as desigualdades sociais, o uso abusivo de ADIL bem como o tráfico de drogas e a disponibilidade de armas de fogo ocasionam sérias consequências no âmbito social, psicológico, político e econômico gerando situações de violência (Almeida, 2002)

O uso abusivo ADIL constitui um problema relevante de saúde pública que pode provocar diversos danos sociais referentes aos acidentes de trânsito, alterações físicas e mentais, dependência química, bem como a violência, que se caracterizam pela ocorrência de brigas, homicídios e a prática de atos ilícitos que podem ser ocasionadas pelo efeito dessas substâncias. (Gil et al, 2008)

As drogas podem ser estímulos, motivos, respostas ou elementos que mediam os comportamentos sociais de violência, podendo apresentar um papel importante dependendo do contexto em que são usadas. Por exemplo, o abuso do álcool pode potencializar o comportamento agressivo, mesmo que isso não ocorra de forma generalizada, uma vez que as consequências do uso abusivo de ADIL dependem de fatores individuais, sociais e culturais. (Laranjeira, Duailibi e Pinsky, 2005)

De acordo com Lourenço (2001), é importante destacar que nem todo usuário de drogas evoluirá para a dependência, pois a atitude do sujeito frente à substância varia de acordo com sua história de vida, seu caráter, seus objetivos e dificuldades, assim como o acordo com suas motivações e desejos conscientes e inconscientes.

Segundo Laranjeira, Duailibi e Pinsky (2005), a relação entre drogas e violência é muito complexa, pois pode haver diferentes origens tais como os fatores de personalidade, antecedentes familiares de dependência, fatores genéticos, características de temperamento, relacionamento familiar fragilizado, transtornos de personalidade bem como todas as circunstâncias sociais que predisporiam ao crime e à dependência química. Por outro lado, em ambientes nos quais há maior aceitação da violência e menor receio com relação as consequências sociais, físicas e legais, pode existir um índice maior de criminalidade e de dependência quanto ao uso de ADIL. O que pode indicar que os indivíduos que cometem crimes estariam mais propensos a situações socioculturais em que o uso de drogas pode ser perdoado ou encorajado.

Historicamente, sabemos que o uso de ADIL sempre esteve presente na sociedade. Conforme Chalub e Telles (2006), a prevalência dos transtornos devido ao uso de álcool (uso nocivo e dependência) em adultos refere-se a 1,7% em todo mundo. O Ministério da Saúde (2003) refere que no Brasil o uso de álcool é o maior problema de saúde pública existente e traz considerações através do DATASUS (2001), informando que são 84.467 internações para o tratamento de problemas relacionados ao uso do álcool, sendo mais de quatro vezes o número de internações ocorridas por uso de outras drogas.

Chalub e Telles (2006) afirmam que o uso de ADIL possui direta associação com o aumento de acidentes de trânsito e com o aumento de infrações penais. Em estudo realizado por Duarte e Carlini-Cotrim (2000) na cidade de Curitiba, foram analisados 130 processos de homicídio julgados nos Tribunais do Júri do estado do Paraná, tendo sido encontrados os índices de 58,9% de homicidas e 53,6% de vítimas sob o efeito do álcool no momento do delito.

Em um estudo realizado por Telles (2004) sobre a prevalência de doença mental na população de réus que cometeram diferentes delitos e foram submetidos a exame de Responsabilidade Penal, no Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso (RS), foi

destacado que 60,1% dos indivíduos apresentaram o diagnóstico de transtorno por uso de álcool ou outras substâncias.

A sociedade brasileira enfrenta o problema da violência urbana que é praticada por jovens e adultos sendo considerada como um grave problema e um desafio para a saúde pública (MEIRELLES e GOMEZ, 2009). Conforme Minayo (2005), a questão da violência acompanha toda a experiência da humanidade como um fenômeno sócio-histórico e continua sendo bastante discutido em todas as sociedades, visto que causa um grande impacto na saúde em seus diversos aspectos. Além disto, os danos, as lesões, os traumas e as mortes causadas por acidentes e violências correspondem a altos custos para a saúde e segurança pública.

Verifica-se o uso de ADIL como um grave problema de saúde pública no Brasil que repercute nos vários segmentos da sociedade pela relação comprovada entre o consumo e agravos sociais que são os acidentes de trânsito, violência domiciliar e crescimento da criminalidade. O uso de ADIL na maioria das vezes causa dependência física e psicológica, transformando o usuário ocasional em viciado. As drogas podem levar ao óbito devido ao consumo excessivo e até mesmo debilitar de forma progressiva o organismo de quem consome (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003).

Segundo Terra (2008) a violência que provoca mortes, seja no trânsito, nos conflitos pessoais ou pelo suicídio, na maioria das vezes, ocasiona uma alteração mental. O mesmo autor destaca também que mais de 60% dos acidentes de trânsito tem um motorista alcoolizado e que acima da metade dos homicídios são casuais provocadas por pessoas alcoolizadas, sendo que 100% dos suicidas apresentam problemas de grave depressão.

Quanto aos transtornos mentais, o mesmo autor ressalta que acima de 10% da população possuem dependência de álcool e outras drogas, que podem provocar atos de violência, 2% tem transtornos psicóticos e 10% já tiveram um episódio considerável de depressão. Além disso, existem entre 1% a 2% da população com Transtorno de Personalidade Antissocial (TPAS), que se caracterizam por apresentar dificuldade no controle dos impulsos, amoralidade e agressividade e representam 40% da população carcerária e 60% dos autores de crimes graves. Segundo o autor esses dados assumem importância na reprodução da violência.(Terra, 2008).

Minayo (2005) refere que a violência, não é em si, um tema da área da saúde, mas que afeta esse setor por provocar lesões, traumas e mortes físicas e emocionais causando um grande impacto nos problemas que relacionam com o modo de vida das pessoas nos aspectos biopsicossociais e econômicos. Segundo Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (2002 p.27) a Organização Mundial da Saúde (OMS) incluiu a violência como um dos mais graves problemas de saúde pública e social no mundo sendo caracterizada pelo:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Segundo Minayo (2005), no senso comum, a violência predominante na contemporaneidade é a criminal e delinquencial. A mesma autora destaca ainda, três definições de violência nos termos de Chesnais que distinguem do imaginário social atual e contemplam tanto no âmbito individual quanto coletivo. Em primeiro lugar, a violência física, que se expressa nos homicídios, agressões, roubos, violações, torturas. Em segundo lugar, a violência econômica, que se traduz no desrespeito e apropriação de forma agressiva de bens materiais de propriedade de outrem e em terceiro violência moral ou simbólica que se refere à dominação cultural e ofende a dignidade e desrespeitando os direitos dos cidadãos (CHESNAIS, 1981 apud MINAYO, 2005).

Portanto, é importante destacar que o Ministério da Saúde (2003) assume de modo integral e articulado o desafio de prevenir, tratar e de reabilitar os usuários de ADIL como um problema de saúde pública sendo objeto de inúmeras ações na política de saúde estando as mesmas inseridas na agenda das prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS) através da Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e Outras Drogas. Esta política reconhece o consumidor de ADIL e busca novas estratégias de contato e de vínculo com o dependente e seus familiares na implantação de diversos programas de prevenção, educação, tratamento e promoção das diferentes necessidades sendo que a Redução dos Danos (RD) associada ao uso do mesmo e a superação do consumo são elementos primordiais para sua construção.

Boiteux (2009) considera que os modelos alternativos e humanitários baseados no ideal de RD visam ao tratamento voluntário e gratuito nas redes de saúde pública que tem como objetivo reduzir as consequências danosas do uso de ADIL visando à erradicação desse consumo. Segundo Gorgulho (2009), o conceito de RD prevê também a abstinência, a conscientização e a prevenção. Esta autora refere ainda que existe um modelo dentro do Ministério da Saúde que são os Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas (CAPS) que também seguem a filosofia da RD e esse conceito existe como política dentro do SUS.

Sobre os CAPS Doneda (2009, p. 9) destaca que no Brasil:

As ações de redução de danos são apoiadas pelo Ministério da Saúde por meio das Coordenações DST/Aids e de Saúde Mental e são dirigidas ao controle de Aids, de hepatites e, também estão cada vez mais sendo absorvidas pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) com ações de abordagens de usuários de drogas que não querem, não podem ou não conseguem parar de usar drogas.

Deslandes (2003) traz algumas considerações importantes sobre a associação entre o uso abusivo de ADIL associado à violência ao realizar um estudo sobre a produção científica de autores brasileiros da área da saúde. O referido autor analisa que, sem precisar afirmar os nexos da causalidade, o consumo de ADIL, está relacionado com as tentativas de suicídio, prática de violência doméstica contra crianças e adolescentes, a violência conjugal, homicídios e também os acidentes de trânsito. Além disso, ele destaca que a partir de um trabalho anterior realizado juntamente com Minayo em 1998, existem dois grandes níveis de análise quanto aos fatores envolvidos no uso de drogas/violência. O primeiro nível se refere ao 'consumo', que trata da relação entre as mudanças biológicas e psicológicas que podem ser provocadas pelo uso de ADIL e que poderiam atingir condutas individuais e desencadear práticas de violência bem como a estigmatização da condição de usuários das substâncias ilícitas sujeitos a se tornar passível à repressão policial e social. Ressalta ainda que nesse nível de abordagem, o álcool é a substância mais ligada às mudanças de comportamento que provocam efeitos psicofarmacológicos e que desencadeiam a violência. O segundo nível se relaciona às complexas práticas que movimentam o 'narcotráfico' (DESLANDES, 2003).

A respeito do narcotráfico (Minayo e Deslandes, 1998 apud Deslandes, 2003, p. 245) considera que a motivação econômica, uma prática do crime para conseguir droga é uma explicação pouco conhecida frente ao complexo universo que compõe o mercado das drogas onde nas relações entre tráfico de drogas ilegais se encontra o mais sólido e previsível vínculo entre violência e drogas. Ocorre uma disputa entre compradores e vendedores que praticam violência sob várias circunstâncias como o roubo do dinheiro e das drogas, disputas entre qualidade ou quantidade, desacordo de preço e disputas por territórios. Ou seja, o narcotráfico aumenta a violência e também representa oportunidades que a economia formal não oferece e por isso o mercado das drogas se expande cada vez mais.

Duarte (2009) afirma que devido aos altos índices de criminalidade, assim como as múltiplas relações observadas na associação entre drogas e violência que se configuram um contexto complexo e preocupante entre os jovens, que são o principal alvo das estatísticas e que necessitam de uma intervenção integrada e eficaz entre o governo e sociedade. A autora destaca que, no âmbito da segurança pública, cabe à Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) estimular, assessorar, orientar, acompanhar e avaliar a implantação da Política Nacional sobre Drogas (Pnad) e da Política Nacional sobre o Alcool (PNA). Em parceria com Senad existe o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) do Ministério da Justiça. Este programa estabelece diretrizes através do Sistema Único de Segurança Pública, e tem como eixo a articulação das ações em nível federal, estadual e municipal, e reconhece que o desenvolvimento da comunidade acontece a partir do município.

Existe também o programa “Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência” desenvolve atividades, tanto de natureza preventiva, como de tratamento e reinserção social, visando reduzir a criminalidade associada ao uso indevido de ADIL, o fortalecimento da rede social e de saúde oportunizando melhor acesso aos serviços disponíveis. Paralelo a essas iniciativas, os órgãos de segurança pública intensificarão as ações de repressão ao tráfico de drogas (DUARTE, 2009).

A Lei nº 11.343/2006 (artigo 1º) define o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e prevê medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; institui normas para a repressão

à produção não autorizada e ao tráfico de drogas e define os crimes. A questão da criminalização do uso de drogas ilícitas adotado pela Nova Lei de Drogas Brasileira é um assunto um tanto polêmico. De um lado, Karam (2009) ressalta que as condenações fundamentadas nas leis criminalizadoras referentes à conduta de produtores, comerciantes e consumidores das drogas ilícitas reflete como a principal causa do superpovoamento nas prisões em todo o mundo. A autora defende a implantação de uma política de RD e de uma legislação atualizada sobre a questão das drogas, que vise o usuário do ponto de vista da saúde pública e não no sentido da criminalidade para que possa ter o acompanhamento necessário quanto ao uso de ADIL.

No entanto, de acordo Minayo (2005) a mensagem mais importante que se pode transmitir a partir do setor saúde é que na maioria das vezes, os eventos considerados violentos e os traumatismos não são acidentais e nem fatalidades, ou falta de sorte, pois eles podem ser enfrentados, prevenidos e evitados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As tabelas relacionadas abaixo retratam a caracterização do perfil dos detentos que progrediram de regime no ano de 2010 na PEMAPJF em Montenegro/RS. As tabelas de frequência serão apresentadas em cruzamento com o uso sistemático de ADIL, em consonância com os objetivos deste trabalho, a fim de melhor identificar-se associações entre o uso de ADIL e as demais variáveis estudadas.

4.1 Situação Sociodemográfica

Tabela 1: Situação Sócio-demográfica

Fonte: Questionário e parecer social da PEMA-PJ/RS – Amostragem de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

	Uso de ADIL												Total		p
	Não/ sem uso Sistemático		Sistemático desde a Infância		Sistemático desde Infância e Adolescência		Sistemático desde Adolescência		Sistemático desde Vida Adulta		Desconhecido				
Faixa Etária	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
19-28	21	48,8	1	33,3	4	44,4	21	60	11	64,7	5	35,7	63	52	0,05
29-38	14	32,6	2	66,7	3	33,3	6	17	5	29,4	1	7	31	25,6	
Mais de 39 anos	8	18,6	0	0	2	22,2	8	22,9	1	5,9	8	57,1	27	22,3	
Total	43	100	3	100	9	100	35	100	17	100	14	100	121	100	
Naturalidade															
Porto Alegre	5	11,6	0	0	1	11	5	14,3	1	5,9	2	14,3	14	11,6	NS
Região Metropolitana	18	41,9	1	33,3	6	66,7	14	40	8	47	2	14,3	49	40,5	
Interior do RS	14	32,6	2	66,7	2	22,2	13	37	8	47	10	71,4	49	40,5	
Outro Estado	6	14	0	0	0	0	3	8,6	0	0	0	0	9	7,4	
Total	43	100	3	100	9	100	35	100	17	100	14	100	121	100	
Estado Civil															
Solteiro	33	76,7	2	66,7	5	55,6	29	82,9	15	88,2	8	57	92	76	0,002
Casado/ União estável	10	23,3	1	33,3	4	44,4	6	17	2	11,8	3	21,4	26	21,5	
Separado/ Viúvo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	21,4	3	2,5	
Total	43	100	3	100	9	100	35	100	17	100	14	100	121	100	
Filhos															
Nenhum	11	25,6	1	33,3	6	66,7	9	25,7	6	35,3	7	50	40	33	0,05
Um	10	23,3	0	0	3	33,3	15	42,9	4	23,5	1	7	33	27,3	
> 2	22	51,2	2	66,7	0	0	11	31,4	7	41,2	6	42,2	48	39,7	
Total	43	100	3	100	9	100	35	100	17	100	14	100	121	100	

Baseando-se nos resultados obtidos, é possível considerar que a amostra da população é bem distribuída quanto à procedência dos sujeitos sendo que 52% dos indivíduos são naturais de Porto Alegre e Região metropolitana, enquanto cerca de 49% provêm do interior do Rio Grande do Sul ou de outros estados. Vista de outro modo, a amostra é constituída por 92,6% de sujeitos naturais do Rio Grande do Sul.

Comparando-se naturalidade dos detentos, não foi encontrada diferença estatisticamente significativa (NS) com relação ao uso de ADIL, porém podemos observar na associação acima que àqueles que procedem da região metropolitana são os que mais fizeram uso sistemático de ADIL desde a infância e a adolescência.

A maior parte possui faixa etária entre 19 a 28 anos, o que sugere uma população predominantemente jovem. Segundo dados da Secretaria Estadual de Segurança do Rio Grande do Sul (2008) essa faixa etária se assemelha aos dados nacionais, os quais apresentam que 50% dos da população carcerária possuem entre 19 e 28 anos de idade.

Wolf (2005) refere que a predominância da população jovem é mais vulnerável aos impactos das transformações socioeconômicas, pois além dos problemas referentes à dificuldade de acesso à educação e ao trabalho existe a possibilidade de não conseguir projetar um futuro melhor.

Na associação da faixa etária com o uso de ADIL, encontramos associação ($p < 0,05$) a qual sugere que a idade entre 19-28 anos representaram maior índice de uso sistemático de substâncias psicoativas ilícitas e lícitas desde a adolescência e desde a vida adulta. De acordo Heim e Andrade (2008), o uso de substâncias por adolescentes possui implicações importantes em relação à Saúde Pública. Os mesmos autores revelam que estudos longitudinais realizados mostraram que o abuso de substâncias e a delinquência no início da adolescência têm probabilidade de persistir na vida do jovem adulto.

Em um estudo realizado por Wolf (2005), foi registrado que 42,8% dos indivíduos possuem companheira, ou seja, mais da metade dos entrevistados vivem uma união estável mesmo com todas as limitações impostas pelo aprisionamento. É importante destacar a relação entre o estado civil dos detentos e a quantidade de filhos, conforme o cruzamento de variáveis a seguir:

Tabela 2: Estado Civil X Número de Filhos

Fonte: Questionário e parecer social da PEMAPJF/RS – Amostragem de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

Estado Civil	Filhos						Total		p
	Nenhum		Um		> 2		n	%	
Casado	n	%	n	%	n	%	n	%	p < 0,001
	0	0	0	0	6	100	6	100	
Solteiro	39	42,4	25	27,2	28	30,4	92	100	
Separado	0	0	0	0	2	100	2	100	
União Estável	1	5	7	35	12	60	20	100	
Viúvo	0	0	1	100	0	0	1	100	
Total	40	33,1%	33	27,3	48	39,7	121	100	

Segundo o teste Qui-quadrado, há associação entre o estado civil e o número de filhos dos sujeitos da amostra. Isso pode significar que, dentro da população de detentos do PEMAPJF-Montenegro/RS, indivíduos casados ou em união estável tendem a possuir mais filhos do que os solteiros, embora uma boa quantidade destes também tenha tido filhos em algum momento.

4.2 Vida Escolar

Tabela 3: Vida Escolar

Fonte: Questionário e parecer social da PEMAPJF/RS – Amostragem de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

	Uso de ADIL												Total		p
	Não/ sem uso Sistemático		Sistemático desde a Infância		Sistemático desde Infância e Adolescência		Sistemático desde Adolescência		Sistemático desde Vida Adulta		Desconhecido				
Escolaridade	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Analfabeto	7	16,3	0	0	2	22,2	5	14,3	7	41,2	3	21,4	24	19,8	NS
Fundamental Incompleto	29	67,4	3	100	6	66,7	20	57,1	8	47,1	7	50	73	60,3	
Fundamental Completo	2	4,7	0	0	0	0	4	11,4	0	0	0	0	6	5	
Médio Incompleto	3	7	0	0	0	0	2	5,7	1	5,9	1	7	7	5,8	
Médio Completo	2	4,7	0	0	0	0	4	11,4	1	5,9	2	14,3	9	7,4	
Superior Incompleto	0	0	0	0	1	11	0	0	0	0	1	7	2	1,7	
Total	43	100	3	100	9	100	35	100	17	100	14	100	121	100	
Motivo do Abandono Escolar															
Desinteresse dos Pais	5	12,8	0	0	0	0	2	6,7	0	0	0	0	7	6,5	0,044
Desinteresse Pessoal	9	23	0	0	1	11	5	16,7	4	25	1	9	20	18,5	
Dificuldade de Aprendizado	0	0	0	0	1	11	0	0	3	18,8	1	9	5	4,6	
Expulsão da Escola	0	0	0	0	0	0	1	3,3	0	0	0	0	1	1	
Mudança de Cidade	1	2,6	0	0	0	0	1	3,3	0	0	1	9,1	3	2,8	
Uso ADIL	1	2,6	2	66,7	2	22,2	4	13,3	1	6,3	0	0	10	9,3	
Prisão	0	0	0	0	2	22,2	4	13,3	0	0	0	0	6	5,6	
Trabalho	22	56,4	1	33,3	3	33,3	13	43,3	7	43,8	7	63,6	53	49	
Outros	1	2,6	0	0	0	0	0	0	1	6,3	1	9	3	2,8	
Total	39	100	3	100	9	100	30	100	16	100	11	100	108	100	

Observa-se que parte expressiva dos detentos não chegaram a concluir o ensino fundamental, (80%), ao passo que menos de 10% concluiu o ensino médio. Segundo Wolf (2005), a baixa escolaridade sabidamente compõe o perfil dos sujeitos privados de liberdade no Brasil, sendo este um dado expressivo de exclusão a que estes são

submetidos, pois repercute diretamente na vida profissional e na busca de conhecimentos no exercício de outros direitos e de cidadania. Em uma pesquisa realizada por Armani e Silva (2010), cuja análise versou sobre as características sociais, educacionais e econômicas de sujeitos entre 18 e 60 anos que se encontravam privados de liberdade na cidade de Cascavel/PR, indicou que 77,47% dos pesquisados possuem baixa escolaridade, ou seja, não chegaram a ingressar no ensino médio.

Segundo Ricklefs (2003), essa falta de qualidade de vida para a maior parcela da população brasileira pode ser considerada e compreendida como uma violência cultural, social, econômica e educacional, pois a qualidade de vida de uma população depende da capacidade que o meio tem de oferecer os requisitos básicos para seu desenvolvimento completo. A violência é também oriunda de uma educação deficitária que traz um sistema totalmente fora dos padrões exigidos por uma sociedade igualitária, mas que observa um modelo de mercado que não procura dar liberdade ao pensamento dos sujeitos e tampouco possibilita a mudança (ARMANI; BAÚ, 2006).

Os dados válidos referentes ao motivo de abandono escolar equivalem a 89,3% da totalidade da amostra, sendo desconsiderados 10,7% por falta de obtenção dos dados. Os dados indicam que, dentre os vários motivos apresentados como justificativa de abandono escolar, o trabalho foi apontado como o mais determinante por quase metade da amostra de detentos, enquanto 18,5% relacionam o abandono escolar ao desinteresse pessoal. Wolf (2005) ressalta que o trabalho na infância e adolescência bem como a baixa escolaridade sobrepõem-se numa relação de sobrevivência /reprodução de carências que se repetem por toda a vida. A ocupação que na maioria das vezes representa sobrevivência imediata da família também representa a impossibilidade de obter formação profissional mais qualificada com direitos trabalhistas dignamente remunerados.

Já Oliveira et al (2001), colocam que a permanência do jovem trabalhador no mercado de trabalho, sob quaisquer condições, na maioria das vezes leva ao abandono da escola precocemente, ainda num momento de escolarização obrigatória. O processo de exclusão escolar se desenvolve a partir da associação do trabalho a valores morais, a um melhor futuro do que aquele reservado ao jovem em função da sua inserção social, ao esforço pessoal e como forma de contornar problemas urbanos, tais como o envolvimento com drogas ilícitas e a marginalidade. Além disso, apesar de não se caracterizar como um

fato novo, os mesmos autores destacam que o trabalho na infância e adolescência tem se apresentado como um dos mais graves e controvertidos problemas de saúde pública na atualidade, pois pode causar danos ao crescimento e ao desenvolvimento da criança, no que tange aos aspectos biopsicossociais e ao atraso na escolarização, devido à repetência e evasão escolar.

Mesmo não havendo significância estatística, 90% dos indivíduos que fizeram uso sistemático desde a infância e adolescência não chegaram sequer a completar o ensino fundamental, bem como a totalidade dos que fizeram uso desde a infância.

Conforme Losacco (2008), ao depararmos com fatores determinantes da exclusão social tais como o significativo crescimento da população juvenil brasileira; a concentração populacional; o difícil acesso à educação, à cultura e ao lazer bem como ao sistema de saúde; baixos rendimentos e evasão escolar, a vulnerabilidade própria da idade, somada a esses fatores expõem o jovem a diversas situações como o uso, o abuso e o tráfico de drogas; a gravidez precoce e indesejada; as violações, as infrações assim como os crimes dos quais são vítimas e/ou autores; a morte precoce entre outros fatores condicionantes.

Associando a escolaridade com o motivo do abandono escolar, é possível avaliar que a totalidade dos sujeitos que justificaram o abandono com “dificuldade de aprendizado” foram os analfabetos, demonstrando um dado interessante sobre a vida dessa parcela de indivíduos, no sentido que possivelmente lhes faltou apoio pedagógico para o prosseguimento de seus estudos. Outro dado importante fornecido por esse cruzamento é de que o único sujeito da amostra que possui ensino superior incompleto (o maior grau de escolaridade encontrado na amostra) não deu continuidade aos estudos por causa da prisão.

4.3 Núcleo Familiar de Origem

Tabela 4: Núcleo Familiar de Origem

Fonte: Questionário e parecer social da PEMPJF/RS – Amostragem de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

	Uso de ADIL												Total		p
	Não/ sem uso Sistemático		Sistemático desde a Infância		Sistemático desde Infância e Adolescência		Sistemático desde Adolescência		Sistemático desde Vida Adulta		Desconhecido				
Presença dos pais na Infância	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	P > 0,05
Pai e mãe	35	81,4	1	33,3	9	100	22	62,9	10	58,8	12	85,7	89	73,6	
Apenas Mãe	6	14	1	33,3	0	0	12	34,3	5	29,4	2	14,3	26	21,5	
Apenas Pai	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	1	0,8	
Avós	1	2,3	1	33,3	0	0	0	0	2	11,8	0	0	4	3,3	
Outros	1	2,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,8	
Total	43	100	3	100	9	100	35	100	17	100	14	100	121	100	
Uso de ADIL na Família															
Pai	12	92,3	0	0	5	83,3	9	64,3	3	60	2	100	31	75,6	P > 0,05
Mãe	1	7,7	1	100	0	0	1	7,1	1	20	0	0	4	9,8	
Pai e Mãe	0	0	0	0	0	0	1	7,1	1	20	0	0	2	4,9	
Irmãos	0	0	0	0	1	16,7	1	7,1	0	0	0	0	2	4,9	
Outros	0	0	0	0	0	0	2	14,3	0	0	0	0	2	4,9	
Total	13	100	1	100	6	100	14	100	5	100	2	100	41	100	
Histórico de Violência															
História de violência	11		0		7		14		4		3		39		-

No que se refere ao núcleo familiar de origem dos sujeitos privados de liberdade, os dados indicam que parte expressiva da amostra conviveu com pai e mãe na infância (76,6%) enquanto que 21,5% foram criados apenas pela mãe. Porém, sobre aqueles que referiram a presença de ambos os genitores, de acordo com Wolf (2005), questiona-se a qualidade das relações que são estabelecidas dependendo do papel positivo ou negativo que vai desempenhar no desenvolvimento e educação dos filhos. Os dados sobre a presença do uso de ADIL na família retratam a figura paterna com maior frequência,

podendo associar uma fragilidade nos limites que definem a conduta social. A associação entre o uso de ADIL e a presença dos pais na infância revela que, proporcionalmente, a presença do pai e da mãe foi mais comum para os que não fizeram uso sistemático de ADIL.

Em um estudo realizado por Sennet (1989 apud Sawaia 2008, p. 44), aponta que a causa relatada pelos assassinos é a necessidade de recuperar aquilo que foram privados ou que julgam ser seu direito como a ação repressiva dos pais, o uso de drogas, a falta de amor, a falta de dinheiro bem como a loucura. Outra questão se refere às famílias chefiadas por mulheres que, segundo Wolf (2005), muitas vezes são vistas como interlocutoras e provedoras do lar, tendo que conjugar afeto com autoridade. A autora destaca ainda que é a mulher, mãe, esposa ou companheira que visitam e acompanham os detentos e que tratam dos problemas relacionados à execução penal. Além disso, as esposas e companheiras ainda acumulam o papel de provedora e educadoras dos filhos.

Embora tenha sido possível analisar essa variável em somente 33,9% do total da amostra, é significativa a prevalência do uso de ADIL na figura paterna dos sujeitos, sendo possível inferir que, apesar da família estar “completa”, impõe-se a questão sobre os problemas de convivência e relacionamento familiar devido ao uso de ADIL e/ou situações de violência. Sobre violência intrafamiliar, o Ministério da Saúde (2001, p. 15) considera:

A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra.

A violência intrafamiliar expressa dinâmicas de poder e afeto, nas quais estão presentes relações de subordinação e dominação. Nessas relações entre homem e mulher, pais e filhos, diferentes gerações, entre outras, as pessoas estão em posições opostas, desempenhando papéis rígidos e criando uma dinâmica própria, diferente em cada grupo familiar (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001).

Brito et al (2005), observaram os fatores desencadeantes da violência, através de um estudo sobre as características gerais das famílias de crianças e adolescentes

vitimizados. Segundo os membros da família, 58% acreditam que os conflitos conjugais contribuíram para desencadear a violência, 51% acreditam que foram as características próprias da criança ou do adolescente, 49% atribuem ao histórico de vida dos pais, 40% associam a violência ao fato de ter dificuldades em impor limites para seus filhos, 32% afirmam que o alcoolismo foi um dos fatores desencadeantes, 25% à fatores socioculturais, 25% à falta ou excesso de trabalho, 21% à outros fatores e 9% a outros tipos de drogas.

4.4 Vida Profissional

Tabela 5: Vida Profissional

Fonte: Questionário e parecer social da PEMAPJF/RS – Amostragem de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

	Uso de ADIL												Total		p
	Não/ sem uso Sistemático		Sistemático desde a Infância		Sistemático desde Infância e Adolescência		Sistemático desde Adolescência		Sistemático desde Vida Adulta		Desconhecido				
Idade Início Vida Profissional	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	P > 0,05
< 7	6	14,3	0	0	2	25	6	17,6	4	26,7	5	38,5	23	20,2	
7-14	25	59,5	1	50	3	37,5	19	56	10	66,7	7	53,8	65	57	
15-21	11	26,2	1	50	3	37,5	8	23,5	1	6,7	1	7,7	25	21,9	
Nunca trabalhou	0	0	0	0	0	0	1	2,9	0	0	0	0	1	0,9	
Total	42	100	2	100	8	100	34	100	15	100	13	100	114	100	
Profissão															P > 0,05
Operário da Indústria ou da Construção Civil	20	46,5	1	33,3	3	37,5	21	65,6	6	37,5	4	30,8	55	47,8	
Agricultor	6	14	1	33,3	0	0	2	6,3	3	18,8	1	7,7	13	11,3	
Catador	3	7	0	0	1	12,5	0	0	0	0	1	7,7	5	4,3	
Nunca Trabalhou	1	2,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,9	
Outros	13	30,2	1	33,3	4	50	9	28,1	7	43,8	7	53,8	41	35,7	
Total	43	100	3	100	8	100	32	100	16	100	13	100	115	100	

Com base na Tabela 5, foi possível avaliar que 80% dos indivíduos da amostra analisada indicaram ter começado a trabalhar com 14 ou menos, demonstrando que o

trabalho se impôs muito cedo na vida de grande parte desses sujeitos, possivelmente por necessidades financeiras, devido à idade. Identifica-se que o início da atividade profissional está mais relacionada à faixa etária dos 7-14 anos, evidenciando a maioria dos detentos iniciou atividade laboral precocemente. Entretanto, o que tem sido encontrado, segundo Wolf (2005), é que os números referentes à idade de início da atividade laboral da população carcerária, de acordo com a amostra pesquisada, são superiores ao da média brasileira, que já é considerada alta. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2003) indicaram que havia 5,1 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade trabalhando no Brasil. O estudo mostra ainda que a maioria das crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade que estavam ocupadas iniciaram suas atividades precocemente no mercado de trabalho. Nas áreas rurais, o trabalho precoce é mais acentuado: de 1,8 milhão de crianças de 10 a 17 anos ocupadas nessas áreas, 37,6% começaram a trabalhar com menos de 10 anos de idade.

No que concerne à profissão, os dados da pesquisa indicaram que as profissões mais apontadas se referem àquelas que exigem pouca qualificação, visto que 45,5% dos sujeitos informaram ser operário de indústria ou construção civil e 4,1% como catador de produtos recicláveis, ao passo que os que seguiram a agricultura somaram 10,7% da amostra e apenas uma pessoa informou nunca ter trabalhado. A respeito da situação empregatícia, a tese de mestrado citada por Pedroso (2005, p. 44) considera:

O desemprego e a precarização das formas de inserção do cidadão no mercado de trabalho são as fontes modernas de geração de exclusão, tendo como subproduto a explosão da violência urbana e a vulnerabilidade juvenil, acentuadas pela maior flexibilidade ocupacional e dos níveis de renda. (CAMPOS, 2003 apud Pedroso, 2005).

A mesma autora acrescenta ainda que o ingresso do sujeito no mercado de trabalho pode determinar suas possibilidades socioeconômicas. Porém, “[...] a falta de horizontes profissionais, as altas taxas de desemprego juvenil, a falta de equipamentos socioculturais [...] têm alimentado os fantasmas da marginalidade, da delinquência [...]” (QUIROGA, 2000, p.221 apud Pedroso 2005).

4.5 Situação Delitiva

Tabela 6: Situação Delitiva

Fonte: Questionário e parecer social da PEMAPJF/RS – Amostragem de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

	Uso de ADIL												Total		p
	Não/ sem uso Sistemático		Sistemático desde a Infância		Sistemático desde Infância e Adolescência		Sistemático desde Adolescência		Sistemático desde Vida Adulta		Desconhecido				
Tipo de Delito	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	P > 0,05
Tráfico	11	27,5	1	50	1	11	10	29,4	5	31,3	1	8,3	29	25,7	
Homicídio	7	17,5	0	0	1	11	3	8,8	1	6,3	2	16,7	14	12,4	
Furto	2	5	1	50	2	22,2	2	6	1	6,3	0	0	8	7,1	
Roubo	9	22,5	0	0	4	44,4	10	29,6	5	31,3	4	33,3	32	28,3	
Assalto	3	7,5	0	0	1	11	8	23,5	1	6,36	3	25	16	14,2	
Estupro	2	5	0	0	0	0	1	2,9	2	12,5	1	8,3	6	5,3	
Outros	6	15	0	0	0	0	1	2,9	2	12,5	1	8,3	8	7,1	
Total	40	100	2	100	9	100	34	100	16	100	12	100	113	100	
Motivo do Delito															
Necessidades econômicas	9	29	0	0	0	0	4	13	0	0	2	28,6	15	16	
Amizades	2	6,5	0	0	0	0	1	3,2	1	7,1	1	14,3	5	5,3	
Lucro fácil	14	45,2	1	50	3	33,3	3	9,7	4	28,6	2	28,6	27	28,7	
Vício de ADIL	0	0	1	50	6	66,7	21	67,7	8	57,1	0	0	36	38,3	
Outros	6	19,4	0	0	0	0	2	6,5	1	7,1	2	28,6	11	11,7	
Total	31	100	2	100	9	100	31	100	14	100	7	100	94	100	
Tempo de pena															P > 0,05
< 4 anos	2	5,7	0	0	1	12,5	3	9,4	3	21,4	0	0	9	9,2	
4-8 anos	10	28,6	1	100	1	12,5	15	46,9	4	28,6	3	37,5	34	34,7	
9-13 anos	6	17,1	0	0	4	50	8	25	3	21,4	1	12,5	22	22,4	
14-18 anos	3	8,6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3,1	
> 19 anos	14	40	0	0	2	25	6	18,8	4	28,6	4	50	30	30,6	
Total	35	100	1	100	8	100	32	100	14	100	8	100	98	100	
Número de Prisões															P > 0,05
Primário	17	44,7	0	0	2	25	11	37,9	7	50	0	0	37	38,5	
De 2 a 4 Prisões	19	50	1	100	5	62,5	17	58,6	7	50	6	100	55	57,3	
Mais que 5 Prisões	2	5,3	0	0	1	12,5	1	3,4	0	0	0	0	4	4,2	
Total	38	100	1	100	8	100	29	100	14	100	6	100	96	100	

Quanto aos tipos de delito, os índices revelam uma variedade de práticas delitivas na amostra, sendo roubo, tráfico de drogas e homicídio as mais frequentes. Entretanto, se considerarmos que furto, roubo e assalto são crimes semelhantes, estes somam quase metade dos dados válidos. Na pesquisa realizada por Wolf (2005), o crime de roubo foi o que obteve maior índice, com 28,4% do total dos delitos praticados. Já no estudo realizado por Armani e Silva (2010), o principal motivo pelo qual os sujeitos foram presos foi o tráfico de drogas (54,84%), seguido de assalto (38,71%) cuja motivação relatam ser o único meio de geração renda para a manutenção da família. O mesmo estudo revela também que 32,26% nunca tiveram emprego fixo, atribuindo este fator também à pouca escolaridade. Associado a estes fatores, o principal motivo pelo qual entraram no crime é o desemprego com 45,16% das respostas. Os mesmos autores afirmam que a ausência de trabalho está relacionada com a pouca ou nenhuma qualificação profissional, pois muitos perderam o interesse em estudar e encontraram no tráfico e no crime o meio de geração de renda para se sustentarem e a seus familiares.

Comparando-se a associação do tipo de delito praticado pelos detentos da PEMAPJF, não foi encontrada diferença estatisticamente significativa (NS) com relação ao uso de ADIL, não demonstrando portanto correlação entre estas variáveis. Entretanto, foi possível observar através do cruzamento entre os dados sobre uso sistemático de ADIL e sobre o motivo do delito, que os indivíduos que não apresentaram uso de ADIL relataram em maior frequência “lucro fácil” (45,2%) e “necessidades econômicas” (29%) como justificativa para o delito. Já a maioria dos que apresentaram uso sistemático de ADIL colocaram o vício como motivo (aproximadamente 60%). Dessa forma, pode-se inferir que os próprios sujeitos com uso sistemático de ADIL colocam o vício como fator mais influente na prática do delito.

Em um estudo realizado por (Collins JJ. 1990 apud Ferigolo et al 2004) revela que uso de ADIL é parte integrante de um problema de atos infracionais e de violência envolvendo crianças e adolescentes. Porém, se o uso dessas substâncias é causa ou consequência de violência social ainda é bastante discutido. No entanto, há acordo quando se discute que as atividades para obter dinheiro para comprar as drogas e o tráfico de drogas por si só geram atos infracionais e comportamentos violentos.

O cruzamento das variáveis referentes ao tipo de delito e motivo de delito aponta que “amizades” e “necessidades econômicas” foram os motivos mais apresentados pelos que cometeram roubo ou assalto, bem como boa parte dos que falaram sobre “lucro fácil” foram presos por tráfico (38,5%). No caso do motivo “vício de ADIL”, nota-se que os crimes mais frequentes foram tráfico e furto/roubo/assalto.

Em um estudo realizado por Martins e Pillon (2008) sobre o início do uso de drogas e o primeiro ato infracional revela que os delitos mais praticados entre adolescentes com idade média de 13 anos são roubo 61 (40,7%), seguido do tráfico de drogas 44 (29,4%) e o furto 14 (9,3%) .

Sobre o tempo de pena, 80,2% dos dados foram considerados válidos e 19,8% foram desconsiderados por não obter esse dado na análise do parecer social. Uma considerável parcela dos indivíduos da amostra (30,6%) tem pena de mais de 19 anos de prisão. Dos que atingiram menos de 4 anos somaram 8,3% dos detentos e entre o período de 14 a 18 anos somaram 2,5% do total da amostra. Àqueles que cumprem pena de 4 a 8 anos atingiram 28,1% do total da amostra. Pesquisa semelhante se encontram nos estudos de Wolf (2005) o qual demonstrou que 50,7% dos presos pesquisados possuem pena de 4 a 8 anos.

Segundo dados disponibilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) no ano de 2008, sobre o Rio Grande do Sul (RS), indicaram que os tipos de crimes com maior incidência são os de roubo e furto, simples ou qualificado, com taxa de 39,933% apresentando pena máxima de reclusão de até de 8 anos os que se envolveram com crimes de tráfico de drogas (14,4%) possuem pena prevista de 5 a 15 anos para àqueles que cometeram crime de homicídio, simples ou qualificado, apresentou índice de 11,243% e pena máxima de reclusão de até 30 anos.

No que se refere ao número de prisões o maior índice de reincidência apontado foi de 2 a 4 vezes (45,5%) seguido dos que cumprem pena pela primeira vez com 30,6% do total da amostra, e os que retornaram ao sistema prisional por mais de 5 vezes atingiram 3,3% da amostra. Wolf (2005) aponta que a reincidência criminal no RS é estimada em aproximadamente 60%, porém, no Brasil não existem dados exatos embora saiba-se que é igualmente alta. O estudo realizado por Mariño (2002) revela que, apesar da falta de pesquisas sistemáticas sobre reincidência criminal no Brasil, algumas iniciativas isoladas

oferecem um panorama geral sobre essa questão, além de variações concomitantes com o passar do tempo, que são de interesse para a análise causal. O autor ressalta ainda que o censo penitenciário nacional do ano de 1994 indicaram que 34,4% dos sujeitos privados de liberdade eram reincidentes, ao passo que, no RS, essa porcentagem reduziu para 29,9%, e para os três estados da região sul, juntos, chega a 25,76%.

4.6 Uso de ADIL

Tabela 7: Período de Uso de ADIL

Fonte: Questionário e parecer social da PEMAPJF/RS – Amostragem de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

	Período de Uso de ADIL	n	%	% Válidos
Válidos	Nunca Fez Uso	14	11,6	13,1
	Sem Uso Abusivo	29	24,0	27,1
	Sistemático desde a Infância	3	2,5	2,8
	Sistemático na Infância e Adolescência.	9	7,4	8,4
	Sistemático Desde a Adolescência	35	28,9	32,7
	Sistemático Desde Vida Adulta	17	14,0	15,9
	Total	107	88,4	100,0
Perdidos	Desconhecido	14	11,6	
	Total	121	100,0	

Observando a trajetória do uso de ADIL na vida dos detentos, os dados apontam que o maior índice do consumo abusivo se apresentou na adolescência com 32,7% do total da amostra. De acordo com Marquez e Cruz (2000) os levantamentos epidemiológicos relativos ao consumo de álcool e outras drogas entre os jovens no mundo e no Brasil revelam que é na passagem da infância para a adolescência que se inicia esse uso, pois nessa etapa, o jovem não aceita orientações, por estar testando a possibilidade de ser adulto e de ter poder e controle sobre si mesmo. O encontro do adolescente com a droga é um fenômeno muito mais frequente do que se imagina e devido a complexidade muitas vezes é difícil de ser abordado. Nesse período o indivíduo "naturalmente" afasta-se da família e adere ao seu grupo de iguais. Porém, se esse grupo

estiver experimentalmente usando drogas, o incentiva a usar também e ao entrar em contato com drogas nessa fase de maior vulnerabilidade, expõe-se também a muitos riscos. No estudo realizado por Wolf (2005) apontou que as indicações de uso efetivo de ADIL, somando-se às diferentes fases em que o preso iniciou com o uso abusivo, totalizou 40% da amostra até a chegada no sistema prisional. A autora ressalta ainda, que associado à problemática do uso abusivo de drogas está a expectativa, vastamente difundida, de consumo de bens e serviços que que, sendo inacessíveis a grande parcela da população, termina gerando sentimentos de frustração e incapacidade.

Tabela 8: Motivo para uso de ADIL

Fonte: Questionário e parecer social da PEMAPJF/RS – Amostragem de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

	Uso de ADIL										Total		p
	Não/ sem uso Sistemático		Sistemático desde a Infância		Sistemático desde Infância e Adolescência		Sistemático desde Adolescência		Sistemático desde Vida Adulta				
Motivo Uso ADIL	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	0,057
Amizades	14	63,6	1	100	4	50	17	54,8	10	77	46	61,3	
Curiosidade	6	27,3	0	0	0	0	10	32,3	3	23	19	25,3	
Desemprego	1	4,5	0	0	1	12,5	0	0	0	0	2	2,7	
Frustrações	0	0	0	0	0	0	3	9,7	0	0	3	4	
Problemas Familiares	1	4,5	0	0	3	37,5	1	3,2	0	0	5	6,7	
Total	22	100	1	100	8	100	31	100	13	100	75	100	

O principal motivo apresentado neste estudo referente ao início do uso de ADIL foram as amizades (61,3%) seguido da curiosidade (25,3%). Um dado a ser destacado é que os que informaram uso sistemático desde a vida adulta apresentaram unicamente esses dois motivos, e não “desemprego” ou “problemas familiares”, como seria de se esperar.

Martins e Pillon (2008) avaliam que é primordial para o adolescente estabelecer contatos com novos amigos e formar seu grupo de identificação, que influencia suas idéias e opiniões, permanecendo mais tempo com o grupo de amigos fora de casa do que com os pais em casa, diferentemente do que ocorre na infância ou na pré-adolescência. Esse relacionamento com o grupo pode conduzir a comportamentos inadequados como

uso de drogas e a delinquência, que se tornam regras em grupos da mesma faixa etária durante esse período.

Sobre a realização de tratamento para a dependência química, os dados da atual pesquisa revelaram que apenas 17% dos sujeitos realizaram tratamento antes da detenção.

Sabemos que os amigos são importantes na adolescência e, de acordo com Freitas (2002), em alguns casos, o uso de drogas se perpetua no grupo como sinônimo de status, sucesso e rebeldia, sendo esta melhor forma de se destacar e pertencer aquele círculo social. Além disso, no grupo o adolescente sente-se pertencido ao grupo em geral pelo fato de muitas vezes vivenciarem o mesmo conflito. No caso da drogadição o grupo de amigos que vivencia o uso de forma constante e contínua, cria uma barreira para o tratamento de um dos membros do grupo sendo mais provável que ele tenha uma recaída por pertencer a um grupo que ainda faz uso de drogas.

O mesmo autor ressalta também que é preciso considerar que existem diversas formas de consumo de drogas. O fato de experimentar uma droga qualquer, ou até mesmo usá-la de forma eventual e recreativa, não significa dependência. Essa questão deve ser tratada com seriedade, porém sem alarmes exagerados pois existem muitos tabus e preconceitos em volta do assunto que devem ser desmistificados. Além disso, de acordo com os autores utilizados no decorrer do estudo realizado por Freitas (2002), “a adolescência é uma fase de constantes curiosidades, onde o jovem sente vontade de experimentar coisas novas, de conhecer o mundo. E é nesse desejo por experimentar que ele vai ao encontro das drogas”.

4.7 Situação Prisional

Tabela 9: Trabalho Prisional

Fonte: Questionário e parecer social da PEMAPJF/RS – Amostragem de janeiro de 2010 a dezembro de 2010

	Trabalho Prisional	n	%	% Válidos
Válidos	Artesanato	13	10,7	11,1
	Manutenção	18	14,9	15,4
	Programa de Ação Conjunta	43	35,5	36,8
	Prestação de serviços	7	5,8	6,0
	Sem atividade	35	28,9	29,9
	Nunca trabalhou	1	,8	,9
	Total	117	96,7	100,0
Perdidos	Desconhecido	4	3,3	
	Total	121	100,0	

A tabela sobre o trabalho prisional indica que 96,7% dos dados foram considerados válidos e apenas 3,3% foram desconsiderados por não obter essa informação no parecer social. Aqueles que informaram fazer parte do Programa de Ação Conjunta (PAC) somaram-se 35,5% da amostra. Segundo folder elaborado pelo Departamento de Tratamento Penal (DTP) da divisão de Trabalho Prisional e Relações Comunitárias, o PAC é um instrumento que possibilita as entidades públicas ou privadas, a oferecerem trabalho remunerado ao sujeito privado de liberdade, é um gerenciamento do Estado/SUSEPE entre o empregador e o prestador de serviço que é o próprio detento e está regido pela Lei de Execuções Penais (LEP) nº 210/84. Conforme descreve Siqueira (2001), o trabalho no sistema prisional desempenha funções que tem por objetivo proporcionar ao detento a possibilidade de desenvolver alguma atividade produtiva que também funcionem como redutor de pena, ou seja, cada 3 dias trabalhados diminuem a pena a ser cumprida. Já os detentos que realizam serviços de manutenção, indicaram 14,9%. De acordo com Wolf (2005) os serviços de manutenção englobam os trabalhos de cozinha, faxina e conservação dos prédios. Porém, essas atividades não são outra coisa

que não a perspectiva de continuidade ao funcionamento da prisão e por isso não podem ser consideradas como parte de um tratamento penal.

Tabela 10: Visita

Fonte: Questionário e parecer social da PEMAPJF/RS – Amostragem de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

	Visitas	n	%	% Válidos
Válidos	Sim	92	76,0	79,3
	Não	24	19,8	20,7
	Total	116	95,9	100,0
Perdidos	Desconhecido	5	4,1	
	Total	121	100,0	

Os dados sobre as visitas informam que durante o período de prisão, pelo menos 76% dos sujeitos receberam visitas no estabelecimento prisional. Wolf (2005) afirma que as visitas, principalmente para os indivíduos detidos em regime fechado, são a oportunidade de os mesmos interagirem com os familiares, e, no caso de haver filhos pequenos, de se fazerem presentes em seu crescimento e desenvolvimento. Segundo previsto pela LEP, artigo 39, as visitas de familiares são disciplinadas como um direito dos detentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, verificou-se que o uso de ADIL nas diferentes fases da vida e sua relação com a violência continua sendo um fenômeno complexo e um grande desafio para pesquisadores e formuladores de políticas na área da saúde e segurança pública, uma vez que a adesão ou não ao consumo dessas substâncias dependem do contexto sociocultural e histórico o qual o indivíduo está inserido, pois são múltiplas causas que podem afetar o comportamento dos sujeitos envolvidos não sendo possível saber se o consumo de ADIL interfere diretamente na prática delitiva, permanecendo ainda muitas dúvidas sobre essa questão.

Ao apresentarmos as características a respeito do perfil sociodemográfico dos sujeitos privados de liberdade verificou-se que a maioria é proveniente do Interior do RS e da Região Metropolitana de Porto Alegre e constitui uma população predominantemente jovem. Em relação a escolaridade, grande parte apresentou baixa escolaridade, com ensino fundamental incompleto, tendo o trabalho como principal motivo do abandono escolar precoce, o que infere-se que houve a necessidade de auxiliar no sustento da família desde muito cedo. Quanto ao estado civil, verificou-se que a maioria são solteiros. Parte expressiva dos sujeitos possuem pelo menos um filho ou mais; o início da atividade profissional ocorreu na faixa etária entre 7-14 anos, a profissão mais apontada foi operário de indústria ou construção civil, indicando pouca qualificação profissional, entre outros fatores que compõem o perfil da população carcerária em diversos estudos apresentados que retratam a exclusão social e as desigualdades das mais diversas situações a que essa população está submetida.

Quanto a relação do uso de ADIL na trajetória de vida dos detentos da PEMAPJF-Montenegro, verificou-se que houve associação estatisticamente significativa de consumo de ADIL entre a faixa etária de 19-28 anos, sendo que a maioria informou ter iniciado o uso sistemático dessas substâncias desde a adolescência e desde a fase adulta. Os principais motivos apresentados pelos sujeitos sobre o início do consumo de ADIL foram as amizades, curiosidade, o desemprego e frustrações familiares. Observa-se que apesar

dos inúmeros programas e ações de combate ao consumo abusivo de substância psicoativas ilícitas e lícitas, o uso ainda desperta nos jovens a necessidade de inserção e pertencimento a um determinado grupo de amigos que o aceite tornando-se muitas vezes vulnerável além de ser uma forma de fugir dos problemas ao invés de enfrentá-los.

Também foi possível identificar que mesmo não havendo associação entre o uso de ADIL e a escolaridade, o quase 90% dos indivíduos que fizeram uso sistemático desde a infância e adolescência não chegaram sequer a concluir o ensino fundamental. Com relação aos vínculos familiares, a maioria dos detentos conviveu com pai e mãe na infância sendo que a figura paterna apresentou maior vulnerabilidade ao consumo, o que infere-se uma fragilidade nas relações familiares. Apesar de não ter sido mencionado na maioria dos pareceres sobre o histórico de violência intrafamiliar, foi possível verificar esse dado numa parcela considerável dos detentos, o que também podem contribuir como um fator de risco para o uso de ADIL.

Ao relacionarmos o uso de ADIL com o tipo de delito praticado pelos detentos, não houve associação estatisticamente significativa. Por outro lado, os principais motivos que influenciaram na prática delitiva foram a obtenção do lucro fácil e as necessidades econômicas. Os delitos mais praticados foram assalto, roubo, furto e tráfico de drogas como justificativa de manter o vício de ADIL. Com relação ao tratamento para dependência química antes da detenção, apenas 14% dos pareceres possuíram este dado.

É preciso investir em políticas públicas mais efetivas de redução de danos e prevenção ao uso de ADIL e a saúde pública tem um papel importante nesse processo no sentido de inserir a noção de que se pode evitar o uso de álcool e drogas ilícitas através de ações preventivas deixando de lado o hábito de encarar a violência apenas como questão de segurança pública e trazendo para a discussão a reflexão do SUS e da sociedade em geral.

Acredita-se que o presente trabalho, de alguma forma, contribuiu para proporcionar reflexões e um maior entendimento acerca do uso de drogas na trajetória de vida dos detentos sendo de extrema importância a necessidade de desenvolver novos estudos que tenha como objetivo investigar mais detalhadamente as semelhanças e diferenças significativas sobre a história de vida desses sujeitos em suas múltiplas dimensões o que

possibilitaria aprofundar o debate a respeito dos fatores que influenciam o comportamento dos indivíduos, ora protegendo-os, ora colocando em risco a própria saúde e a própria vida. Os resultados poderiam servir de orientação para a adoção de estratégias de prevenção ao abuso de ADIL com ações mais eficazes no campo da saúde pública.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. Violência e subjetividade. In C. Rauter, E. Passos & R. Benevides-de-Barros (Eds.), **Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Te Corá, 2002. p. 45-50.

ARMANI, Thiago Eugênio; BAÚ, R. O pensamento somente é livre quando o homem pode pensar por si próprio. In: **Encontro Científico-cultural Interinstitucional FAG**, FAG E DOM BOSCO, 4., 2006, Cascavel, PR. Anais...Cascavel, PR: FAG, 2006.

ARMANI, Thiago Eugênio; SILVA, Claudia T. A. Cruz. Avaliação socioeconômica e de fatores que levam a violência com detentos de Cascavel/PR **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. v. 18 n. 67, Rio de Janeiro, abril/junho de 2010. (on line) Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362010000200005&script=sci_arttext. Acessado em 03/07/2011.

BOITEUX, Luciana. Tratamento ou Violação de Direitos? O Caminho adotado pela Nova Lei de Drogas Brasileira. **Diálogos/Psicologia Ciência e Profissão** . v. 6, n.6,.novembro de 2009. p. 19-22.

BRASIL. **LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984**. Institui a Lei de Execussões Penais. (on line) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm. Acessado em: 03/07/2011.

BRASIL. **LEI Nº 11.343 DE 23 DE AGOSTO DE 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas-SISNAD. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm. Acessado em: 09/02/2011

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Sistema nacional de informação penitenciária – Infopen**. Dados consolidados, 2008. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/Depen/data/Pages/MJC4D50EDBPTBRNN.htm>. Acessado em 03/07/2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. **Cadernos de Atenção Básica** nº 8 ,Série A – Normas e Manuais Técnicos; nº 131. Brasília: Ministério

da Saúde, 2002 Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf. Acessado em 03/07/2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/AIDS. A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. Série B. **Textos Básicos de Saúde**, Brasília: Ministério da Saúde, 2003. (online). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pns_alcool_drogas.pdf. Acessado em 03/07/2011.

BRITO, Ana Maria M. et al. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. **Ciência e Saúde Coletiva**. v.10, n.1, 2005. p. 143-149. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232005000100021&script=sci_arttext. Acessado em 03/07/2011.

CHALUB, Miguel; TELLES, Lisieux e de Borba. Álcool, drogas e crime. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 28, suppl. 2, Rio de Janeiro, 2006 p. 69-73. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000600004. Acessado em 30/06/2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL- CFESS, (Org). **Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social, 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

DESLANDES, Ferreira Suely. Drogas e Vulnerabilidade às Violências. In: MINAYO, M.C.S e SOUZA, Edinilza Ramos de, (Orgs). **Violência Sob o Olhar da Saúde**: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p.243-268.

DONEDA, Denise. Os rumos da redução de danos. **Diálogos/Psicologia Ciência e Profissão** . v. 6, n.6, novembro de 2009. p. 28-11.

DUARTE, Paulina da Carmo Arruda Vieira. **Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência**. Disponível em: <http://www.comunidadessegura.org/pt-br/politica-de-drogas/MATERIA-acoes-integradas-na-prevencao-ao-uso-de-drogas-e-violencia>. Acessado em: 09/02/2009.

DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira; CARLINI-COTRIM, Beatriz. Álcool e violência: estudo dos processos de homicídio julgados nos tribunais do Júri de Curitiba, PR, entre 1995 e 1998. **Jornal Brasileiro de Dependência Química**, v.1, n.1, 2000. p. 17-25.

FERIGOLO, Maristela et al. Prevalência do consumo de drogas na FEBEM. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 26 n. 10 ,2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462004000100006. Acessado em 30/06/2011.

FREITAS, Luiz Alberto Pereira de. **Adolescência, família e drogas: a função paterna e a questão dos limites**. Rio de Janeiro: Muad, 2002.

GIL, Hilda Luz Bolaños, et al. Opiniões de Adolescentes Estudantes Sobre Consumo de Drogas: Um Estudo de Caso Em Lima, Perú. **Revista Latino-americano de Enfermagem**, n. 16, maio-junho; 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692008000700008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em 30/06/2011.

GORGULHO, Monica. Álcool e Outras Drogas: a perspectiva dos direitos humanos dos usuários. **Diálogos/Psicologia Ciência e Profissão** . v. 6, n.6,.novembro de 2009. p. 07-11.

HEIM, Joanna; ANDRADE, Arthur Guerra de. Efeitos do uso de álcool e das drogas ilícitas no comportamento de adolescentes de risco: uma revisão das publicações científicas entre 1997 e 2007. **Revista Psiquiatria Clínica**, v. 35, supl,1, São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0101608-32008000700013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em 03/07/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Criança e adolescente – 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007. Acesso em 03/07/2011.

KARAM, Maria Lúcia. Um Olhar sobre a política proibicionista. **Diálogos/Psicologia Ciência e Profissão** . v. 6, n.6,.novembro de 2009. p. 19-22.

LARANJEIRA, Ronaldo; DUALIBI, Sérgio Marfiglia e PINSKI, Ilana. Álcool e violência: a psiquiatria e a saúde pública. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 27 n. 3, 2005. p. 176-177. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462005000300004. Acessado em 30/06/2011.

LOSACCO, Silvia. O jovem e o contexto familiar. In. ACOSTA, Ana Rojas e VITALE, Maria Amália Vitale (Org). **Família: Redes, laços e políticas públicas** .4ª edição, Cortez: São Paulo, 2008.

Lourenço, R. (2001). *Drogas e álcool prevenção e tratamento*. São Paulo: Komedi.

MARIÑO, Juan Mario Fandiño. Análise comparativa dos efeitos da base socioeconômica, dos tipos de crime e das condições de prisão na reincidência criminal. **Sociologias**, n. 8, Porto Alegre, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222002000200010&script=sci_arttext. Acessado em 30/06/2011.

MARQUES, Ana Cecília Petta Roselli; CRUZ, Marcelo S.O adolescente e o uso de drogas. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 22, s.2, São Paulo, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600009. Acessado em 30/06/2011.

MARTINS, Mayra Costa; PILLON, Sandra Cristina. A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 5, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000500018. Acessado em 03/07/2011.

MEIRELLES, Zilah Vieira; GOMEZ, Carlos Minayo. Rompendo com a criminalidade: saída de jovens do tráfico de drogas em favelas na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 1797-1805, 2009.(on line). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232009000500021&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em 03/07/2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 9 – 41.

OLIVEIRA, Denize Cristina de, et al. Futuro e Liberdade: o trabalho e a instituição escolar nas representações sociais de adolescentes. **Rev Estudos de Psicologia**; v. 6 n. 2. 2001. p. 245-258. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2001000200012. Acessado em 03/07/2011.

OLIVEIRA, Denize Cristina. **A educação e o trabalho infantil nos municípios de Monteiro Lobato e Santo Antônio do Pinhal**. Relatório de Pesquisa apresentado à CAPES, São Paulo, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS/OPAS, 2002.

PEDROSO, Marcia Pereira. **Disparidades Econômicas e Processos de Exclusão Social: estudo comparativo das populações carcerárias de Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do

Sul, 2005. Disponível em: http://online.unisc.br/btd/detalhe.php?cod_empresa=87&cod_acervo=115673. Acessado em: 03/07/2011.

RICKLEFS, Robert E. **A Economia da Natureza**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. Superintendência dos Serviços Penitenciários. **Dados estatísticos**. 2008. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/>. Acessado em 03/07/2011.

SAWAIA, B. Bader. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, Ana Rojas e VITALE, Maria Amalia Vitale (Org). **Família: Redes, laços e políticas públicas**. 4ª edição, Cortez: São Paulo .2008.

SIQUEIRA, Jailson Rocha. O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade. **Serviço Social e Sociedade, Temas Sócio-Jurídicos**, n. 67, São Paulo: Cortez, setembro de 2001.

TAVARES, José Caetano. **Uso Abuso e Dependência de Drogas**. Disponível em:<http://pt.shvoong.com/books/482870-uso-abuso-depend%C3%A2ncia-drogas,2007>. Acessado em: 22/08/2011.

TELLES, LE. **Características sociodemográficas, patológicas y delictivas de reos sometidos a examen de Responsabilidad Penalem el Instituto Psiquiátrico Forense, en Porto Alegre, Brasil, durante el año 2000**. [Dissertação]. La Plata: Universidad Nacional de La Plata- Argentina; 2004.

TERRA, Osmar. Violência: uma epidemia silenciosa, **Seminários Regionais**. Brasília: CONASS, CONASS Documenta nº 16, abril 2008. p. 9-10.

WOLF, Maria Palma. **Antologias de Vidas e Histórias na Prisão: Emergência e Injunção de Controle Social**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2005.

ANEXOS

ANEXO A - TABELAS DE FREQUÊNCIA SIMPLES

Tabela 1: Procedência

Local	n	%
Porto Alegre	14	11,6
Região Metropolitana	49	40,5
Interior do RS	49	40,5
Outro estado	9	7,4
Total	121	100,0

Tabela 2: Faixa Etária

Faixa	n	%
De 19 a 28 anos	62	51,2
De 29 a 38 anos	31	26,6
De 39 a 48 anos	24	19,8
De 49 a 58 anos	3	2,5
Mais de 59 anos	1	0,8
Total	121	100,0

Tabela 3: Estado Civil

Estado civil	n	%
Casado	6	5,0
Solteiro	92	76,0
Separado	2	1,7
União Estável	20	16,5
Viúvo	1	,8
Total	121	100,0

Tabela 4: Número de Filhos

Número de filhos	n	%
Nenhum	40	33,1
Um	33	27,3
> 2	48	39,7
Total	121	100,0

Tabela 5: Companheira Atual

	Possui companheira	n	%	% válidos
Válidos	Não	60	49,6	50,4
	Sim	59	48,8	49,6
	Total	119	98,3	100,0
Perdidos	Desconhecido	2	1,7	
	Total	121	100,0	

Tabela 6: Escolaridade

Escolaridade	n	%
Analfabeto	24	19,8
Fundamental Completo	6	5,0
Fundamental Incompleto	73	60,3
Médio Completo	9	7,4
Médio Incompleto	7	5,8
Superior Incompleto	2	1,7
Total	121	100,0

Tabela 7: Motivo do Abandono Escolar

	Motivo de abandono	n	%	% válidos
Válidos	Desinteresse dos pais	7	5,8	6,5
	Desinteresse pessoal	20	16,5	18,5
	Dificuldade de aprendizado	5	4,1	4,6
	Expulsão da escola	1	0,8	0,9
	Mudança de cidade	3	2,5	2,8
	Uso ADIL	10	8,3	9,3
	Prisão	6	5,0	5,6
	Trabalho	53	43,8	49,1
	Outros	3	2,5	2,83,7
	Total	108	89,3	100,0
Perdidos	Desconhecido	13	10,7	
	Total	121	100,0	

Tabela 8: Presença dos Pais na Infância

Família	n	%
Pai e mãe	89	73,6
Apenas mãe	26	21,5
Apenas pai	1	0,8
Avós	4	3,3
Outros	1	0,8
Total	121	100,0

Tabela 9: Uso de ADIL na Família

	Uso de ADIL	n	%	% válidos
Válidos	Pai	31	25,6	75,6
	Mãe	4	3,3	9,8
	Pai e mãe	2	1,7	4,9
	Irmãos	2	1,7	4,9
	Outros	2	1,7	4,9
	Total	41	33,9	100,0
Perdidos	Desconhecido	80	66,1	
	Total	121	100,0	

Tabela 10: Situação de Violência na Família

História de violência	n	%
Sim	39	32,2
Desconhecido	82	67,8
Total	121	100,0

Tabela 11: Idade de Início da Atividade Profissional

	Idade	n	%	% válidos
Válidos	< 7	23	19,0	20,2
	7-14	65	53,7	57,0
	15-21	25	20,7	21,9
	Nunca trabalhou	1	0,8	0,9
	Total	114	94,2	100,0
Perdidos	Desconhecido	7	5,8	
	Total	121	100,0	

Tabela 12: Profissão

	Profissão	n	%	% válidos
Válidos	Operário da Indústria ou da Construção Civil	55	45,5	47,8
	Agricultor	13	10,7	11,3
	Catador	5	4,1	4,3
	Nunca trabalhou	1	0,8	0,9
	Outros	41	33,9	35,7
	Total	115	95,0	100,0
Perdidos	Desconhecido	6	5,0	
	Total	121	100,0	

Tabela 13: Tipo de Delito

	Situação delitiva	n	%	% válidos
Válidos	Tráfico	29	24,0	25,7
	Homicídio	14	11,6	12,4
	Furto	8	6,6	7,1
	Roubo	32	26,4	28,3
	Assalto	16	13,2	14,2
	Estupro	6	5,0	5,3
	Outros	8	6,6	7,1
	Total	113	93,4	100,0
Perdidos	Desconhecido	8	6,6	
	Total	121	100,0	

Tabela 14: Tempo de Pena

	Tempo de pena	n	%	% válidos
Válidos	< 4 anos	9	7,4	9,2
	4-8 anos	34	28,1	34,7
	9-13 anos	22	18,2	22,4
	14-18 anos	3	2,5	3,1
	> 19 anos	30	24,8	30,6
	Total	98	81,0	100,0
Perdidos	Desconhecido	23	19,0	
	Total	121	100,0	

Tabela 15: Numero de Prisões

	Número de prisões	n	%	% válidos
Válidos	Primário	37	30,6	38,5
	De 2 a 4 prisões	55	45,5	57,3
	Mais que 5 prisões	4	3,3	4,2
	Total	96	79,3	100,0
Perdidos	Desconhecido	25	20,7	
	Total	121	100,0	

Tabela 16: Motivo do Delito

	Motivo	N	%	% válidos
Válidos	Necessidades econômicas	15	12,4	16,0
	Amizades	5	4,1	5,3
	Lucro fácil	27	22,3	28,7
	Vício de ADIL	36	29,8	38,3
	Outros	11	9,1	11,7
	Total	94	77,7	100,0
Perdidos	Desconhecido	27	22,3	
	Total	121	100,0	

Tabela 17: Período de Uso

	Período de uso de ADIL	n	%	% válidos
Válidos	Nunca fez uso	14	11,6	13,1
	Sem uso abusivo	29	24,0	27,1
	Sistemático desde a Infância	3	2,5	2,8
	Sistemático na Infância e Adolescência.	9	7,4	8,4
	Sistemático Desde a Adolescência	35	28,9	32,7
	Sistemático Desde Vida Adulta	17	14,0	15,9
	Total	107	88,4	100,0
Perdidos	Desconhecido	14	11,6	
	Total	121	100,0	

Tabela 18: Motivo do Uso de ADIL

	Motivo de ADIL	n	%	% válidos
Válidos	Amizades	46	38,0	61,3
	Curiosidade	19	15,7	25,3
	Desemprego	2	1,7	2,7
	Frustrações	3	2,5	4,0
	Problemas familiares	5	4,1	6,7
	Total	75	62,0	100,0
Perdidos	Desconhecido	46	38,0	
	Total	121	100,0	

Tabela 19: Tratamento para Dependência Química

	Tratamento	Frequência	%	% Válidos
Válidos	Sim	17	14,0	26,6
	Não	47	38,8	73,4
	Total	64	52,9	100,0
Perdidos	Desconhecido	57	47,1	
	Total	121	100,0	

Tabela 20: Trabalho Prisional

	Trabalho prisional	n	%	% válidos
Válidos	Artesanato	13	10,7	11,1
	Manutenção	18	14,9	15,4
	Programa de Ação Conjunta	43	35,5	36,8
	Prestação de serviços	7	5,8	6,0
	Sem atividade	35	28,9	29,9
	Nunca trabalhou	1	,8	,9
	Total	117	96,7	100,0
Perdidos	Desconhecido	4	3,3	
	Total	121	100,0	

Tabela 21: Visitas

	Visitas	n	%	% válidos
Válidos	Sim	92	76,0	79,3
	Não	24	19,8	20,7
	Total	116	95,9	100,0
Perdidos	Desconhecido	5	4,1	
	Total	121	100,0	

ANEXO B – MODELO QUESTIONÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL**1-Identificação**

Nome: _____ Cód. CIA: _____

Filiação: _____

Pai: _____

Mãe: _____

Naturalidade _____ Data Nascimento: ____ / ____ / ____ Idade: ____

Estado Civil: _____ Profissão: _____

Endereço Atualizado: _____

Documentos: Possui: _____

Não Possui: _____

1) Situação Jurídica

Data da Prisão: ____ / ____ / ____

Motivo: () Flagrante

() Preventiva

() Condenado

() Temporário

Pena: _____ Regime: _____

Artigo: _____ Tipo de Crime: _____

Término da Pena: ____ / ____ / ____ Número de Prisões: _____

Em que Presídios já Esteve: _____

2) Histórico de Vida (composição, vínculo afetivo, etc.):

Infância, adolescência, escolaridade, início da vida laborativa:

Trabalho atual: _____

Constituição Familiar(composição,vínculo afetivo,etc.):

3) Situação Prisional

Atividade Laboral (Com liga ou não): _____

Atividade Escolar: _____

Vínculo na Casa Prisional: _____

Visita: () Sim () Não. Quem? _____

FALTA GRAVE/FUGAS: () Sim () Não. Quando? _____

4) Situação Delituosa

Percepção do Detento (quanto ao delito):

Planos Futuros:

Observações: _____

DATA: ____ / ____ / _____ TÉCNICO: _____

ANEXO C – MODELO PARECER SOCIAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
PENITENCIÁRIA MODULADA ESTADUAL AGENTE PENITENCIÁRIO JAIR FIORIN

PARECER SOCIAL**Identificação****Nome:** xxxxxxxx**Data de Nascimento:** xxxxxxxx**Idade:** xxxxx**Estado Civil:** xxxxxxxx**Naturalidade:** xxxxxxxx**Filiação:** xxxxx**Objetivo:** Progressão de Regime/Liberdade Condicional**Instrumentos Operativos:** análise de prontuário penal, entrevista individual reflexiva (01) em xxxxxx e discussão interdisciplinar.

Sem mais, à consideração superior.

Montenegro/RS, xxx de março 2010.

Leila Zanella

Assistente Social CRESS nº xxxx

ANEXO D – AUTORIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRATAMENTO PENAL PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

ANEXO E – AUTORIZAÇÃO DO DIRETOR DA INSTITUIÇÃO

ANEXO F – TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE DADOS

6 ANEXO G - FICHA DE CATEGORIZAÇÃO PARA ANÁLISE

SITUAÇÃO SÓCIODEMOGRÁFICA E PROCEDÊNCIA

NATURALIDADE:

FAIXA ETÁRIA:

ESTADO CIVIL:

NÚMERO DE FILHOS:

COMPANHEIRA ATUAL:

1- VIDA ESCOLAR

ESCOLARIDADE:

MOTIVO DO ABANDONO ESCOLAR:

2- NÚCLEO FAMILIAR DE ORIGEM

PRESENÇA DOS PAIS:

HISTORICO DE USO ABUSIVO DE ADIL NA FAMÍLIA:

HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA:

3- VIDA PROFISSIONAL

IDADE DE INÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL:

PROFISSÃO:

4- SITUAÇÃO DELITIVA

TIPO DE DELITO:

TEMPO DE PENA:

NUMERO DE PRISÕES:

MOTIVO DA PRATICA DELITIVA:

5- USO DE ADIL

PERÍODO DE USO:

TIPO DE DROGAS:

MOTIVO DO USO DE ADIL:

JÁ REALIZOU ALGUM TRATAMENTO PARA
DEPENDÊNCIA QUÍMICA ANTES DA DETENÇÃO:

6- SITUAÇÃO PRISIONAL

TRABALHO PRISIONAL:

RECEBE VISITA DURANTE A RECLUSÃO